

# O Ecofascismo

*Carlos Taibo*



**Copyleft** – Copie e Distribua livremente

Capítulo 5 do livro **Colapso – capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo** de Carlos Taibo.

Tradução por Editora Subta.

Disponível em [we.riseup.net/subta/](http://we.riseup.net/subta/)

# O Ecofascismo

“Existem razões para estarmos inquietos, porque agora sabemos que vivemos em um tipo de sociedade que possibilitou o Holocausto e que não tinha nada que pudesse evitar que o Holocausto acontecesse” **Zygmunt Bauman**

“O passo da barbárie à civilização exigiu um século; o passo da civilização à barbárie necessita apenas um dia” **Will Durant**

Já indiquei que a contribuição dos movimentos através da transição ecossocial não é a única resposta imaginável ao colapso. É preciso prestar atenção, em vez disso, a uma outra muito diferente, que vem da mão do que alguns estudiosos chamam de *ecofascismo*. Este último é baseado na intuição de que para resolver eficientemente o problema geral da escassez não há outra solução do que propiciar um rápido e forte declínio no número de seres humanos que povoam o planeta.

Tal aposta carrega, claro, a marginalização, e, neste caso, o extermínio, de boa parte da população, amparada na aplicação de delicados critérios para determinar quem fica e quem não. Se às vezes a opção de exclusão e de extermínio justifica-se em virtude de códigos religiosos, outras invoca um mero poder material e algumas vezes se vale de presumidas exigências naturais, ela sempre opera com base em uma ideia matriz: a de que a Terra não pode mais.

Admito que, inevitavelmente, o emprego do prefixo *eco-*, comumente conotado de forma positiva, acaba produzindo alguma surpresa quando usado para retratar uma realidade tão negativa como a que agora me ocupa. Terei a oportunidade de destacar,

no entanto, que distintas manifestações da ecologia estiveram presentes, de forma indelével, nas formulações ideológicas, e nas práticas cotidianas, de movimentos de corte fascista. É importante deixar claro, contudo, que hoje, ao falar de ecofascismo, não estou pensando – ou não estou pensando fundamentalmente – em eventuais versões *verdes* de forças políticas de extrema direita, mais ou menos marginais. Penso, pelo contrário, em abordagens que vêm à luz no ceio de instâncias políticas e econômicas de primeira ordem. Convém discutir, em qualquer caso, que, falando propriamente, o ecofascismo seja uma resposta frente ao colapso: na verdade, parece que ele é, pelo contrário, uma manifestação precisa deste último.

## **O ecofascismo primeiro: a Alemanha hitleriana**

*Ecofascism Revisited* (*O ecofascismo revisitado*), o livro de Janet Biehl e Peter Staudenmaier, é, acima de tudo, um estudo da proposta ecofascista assumida pelos nazistas alemães. Nas páginas dessa obra, recorda-se prontamente que no Partido Alemão Nacional Socialista operava um influente grupo de pressão ecologista dedicado a tarefas variadas, como a adoração da natureza, o renascimento da vida rural ou o vegetarianismo. Essa corrente foi o produto de uma síntese muito singular entre naturalismo e nacionalismo de Estado, forjada ao calor da influência do irracionalismo anti-ilustrado próprio de determinadas manifestações do romantismo alemão. Por trás de muitas destas posições era fácil notar, além disso, um vínculo entre pureza ambiental e pureza racial. As tradições e a língua se relacionavam então com uma paisagem ancestral que desenhava seres humanos vinculados a ela e outros totalmente afastados. Os primeiros se referiam, no caso que me ocupa, à “essência alemã” da que fala Rudolf Bahro. Era preciso separar, então, e em virtude da lei natural, umas culturas de outras e privilegiar, como faz Herbert Gruhl, as que possuem as melhores perspectivas em

matéria de sobrevivência, que são as que estão melhor armadas e as que sabem preservar seus recursos. Desde esse ponto de vista, e adicionando-se, claro, a noção do autoritarismo e da repressão, é possível entender o extermínio dos judeus europeus durante a segunda guerra mundial e a rejeição abrupta dedicada aos imigrantes. Biehl conclui, com argumento certo, que “esta combinação de nacionalismo, autoritarismo e admiração por líderes carismáticos, legitimada por uma ‘ecologia’ mística e biologicista, é potencialmente catastrófica no terreno social”. Staudenmaier aponta que a guerra travada com esses fundamentos não foi apenas genocida: teve também um caráter ecocida plasmado num formidável exercício de violência contra a natureza.

Biehl e Staudenmaier ressaltam que seria, contudo, um erro considerar esta corrente ecologista como um mero adorno da parafarnália tecnocrática-industrial dos nazistas. Nos fatos, e antes deles, a maioria dos ideólogos nacional-socialistas participava de um romantismo agrário e de um anti-urbanismo que reclamava um processo de re-agrariação. Em março de 1933, foram aprovadas leis que acarretaram, em todos os níveis, programas de reflorestamento, medidas de proteção de animais e plantas, e decretos que limitavam o desenvolvimento industrial. Em 1935, ganhou corpo, por outro lado, uma lei de proteção da natureza voltada a proteger a flora, a fauna e os “monumentos naturais” do *Reich*. É importante enfatizar, contudo, que o fenômeno que me atrai agora não foi de modo algum exclusivo da Alemanha hitlerista. Se fez valer também, muito pelo contrário, na Itália fascista, sob a forma de políticas de desenvolvimento ruralizantes e de esforços de reflorestamento, estreitamente ligados, como se poderia esperar, com uma ideologia nacionalista e racista. Os exemplos mencionados nos colocam de sobre-aviso, é claro, frente a possíveis usos abjetos da ecologia.

Convém, no entanto, dar mais um passo e formular alguma consideração relativa ao contexto em que ganhou corpo o ecofascismo primeiro. O melhor guia a esse respeito é por acaso um

livro de Carl Amery que leva o título de *Hitler aus Vorläufer: Auschwitz – der Beginn des 21 Jahrhunderts?* (*Hitler como precursor: Auschwitz, começa o século XXI?*). Essencialmente, Amery ressalta que seria um grande erro concluir que as políticas abraçadas pelos nazistas alemães remetem a um momento histórico singularíssimo, conjuntural e, por isso, afortunadamente irrepetível. Amery nos exorta, pelo contrário, a estudar em detalhes essas políticas dado que elas podem reaparecer, nos próximos anos, dessa vez não defendidas por grupos ultra-marginais de neonazis, mas postuladas – já sugeri isso antes – por alguns dos principais centros de poder político e econômico, cada vez mais conscientes da escassez geral que se aproxima e cada vez mais firmemente decididos a preservar esses recursos escassos em umas poucas mãos em virtude de um projeto de darwinismo social militarizado.

Sobram, além disso, razões para afirmar que existem estreitos vínculos entre o nazismo, por um lado, e o racismo e o imperialismo característicos do século XIX, por outro. Zygmunt Bauman apontou muito bem que “o Holocausto nasceu e foi executado em nossa moderna sociedade racional, num alto estado de nossa civilização e no auge da realização cultural humana, e por essa razão é um problema de nossa sociedade, civilização e cultura”. Theodor W. Adorno, por sua parte, viu no nazismo a manifestação de uma barbárie “inscrita no princípio mesmo da civilização”. Em toda esta trama, é muito relevante o conceito de *Lebensraum* (espaço vital). Goebbels apontou que o objetivo da guerra era garantir aos alemães “um grande café da manhã, um grande almoço e uma grande janta”, sem que para alcançá-lo, aparentemente, houvesse importância que as pessoas não alemãs morressem de fome. Essa promessa de uma vida melhor que se circunscrevia aos nossos reclamava, nas palavras de Amery, um “programa assassino que seria executado por um povo superior” e que outorgaria a este o “poder e bem-estar através de uma agressão permanente, ao mesmo tempo que combatia a limitação dos recursos do planeta mediante a correspondente submissão e dizimação dos povos escravos”.

Com Hitler, também se revelou a defesa de uma espécie de “destino manifesto”, de um direito cuja legitimidade não precisava ser demonstrada, já que beneficiava uma raça ontologicamente superior. Na mesma esteira, e em seu artigo *Eichmann em Jerusalém*, Hannah Arendt nos lembrou que os nazistas queriam “decidir quem devia e quem não devia habitar este planeta”. Nos bastidores, e retornemos a Amery, os próprios nazistas demonstraram uma formidável capacidade na hora de amedrontar os cidadãos alemães e transmutá-los em seres entregues a mais estrita e irracional obediência.

Entre as consequências da aposta hitleriana estavam a autoatribuição de uma “missão civilizadora”, a implantação de uma dupla guerra – colonial, contra os eslavos, e anticolonial, contra os judeus –, um culto às raízes que se associa com uma rejeição xenofóbica das pessoas que não as compartilham, a degradação da imagem das vítimas, que muitas vezes foram convertidas em opressores, e uma visível rejeição da imigração acompanhada de uma obscena defesa da eutanásia. Como resultado, encontraram-se natureza e política, ecossistema e habitação, necessidade e desejo. E nesta ordem de coisas, é preciso destacar – volto ao argumento – que em muitas ocasiões o extermínio, ou a marginalização, não se justificou sobre as bases das necessidades do capital, mas, pelo contrário, em virtude das restrições que se derivaram da natureza.

## Demografia e autoritarismo

O projeto ecofascista coloca em primeiro plano uma discussão demográfica que tem seu fundamento maior na ideia de que na Terra estão sobrando muitos de seus habitantes. Falou-se do efeito, e por exemplo, de uma possível população planetária de 1000 a 2000 milhões de seres humanos para o ano de 2100, entendendo-se que essas cifras não são necessariamente o produto de um ecofascismo: elas poderiam constituir, sem mais, a resposta da adaptação a um cenário marcado pelas numerosas restrições derivadas do colapso. Para Hamilton, e numa perspectiva próxima, a redução da população se produzirá com ou sem ecofascismo.

Mas também não é demais mencionar propostas como aquela que pretendia reduzir a população do planeta a 600 milhões de pessoas – um cenário compatível com a sobrevivência da biosfera –, presumivelmente realizada pelo chamado Clube Bilderberg na sequência de muitas das iniciativas ironicamente retratadas por Susan George no *Relatório Lugano*. George sugere que, perante uma crise geral, as autoridades mais altas teriam chegado à conclusão de que a única forma de salvar o sistema é uma “estratégia de redução da população”. Nos encontraríamos frente a um tipo de resposta biológica do grande capital, que desfrutaria de uma adesão adicional resgatada por Amery, para quem “se está partindo do pressuposto de que, graças às últimas inovações técnico-científicas, apenas vinte por cento da população planetária é suficiente para satisfazer toda a produção desejada da economia mundial”, com as consequências esperadas. Na mesma linha argumentativa, há que recordar as já numerosas teorizações que, na onda de Naomi Klein, enxergam nas catástrofes naturais uma oportunidade, não para mudar drasticamente nossas formas de vida e nossas relações, mas para, na verdade, melhorar a economia. Destacarei que aos olhos de Milton Freidman as sequelas do furacão Katrina em Nova Orleans ofereceram uma oportunidade única



para reformar de maneira radical o sistema educativo, na medida em que retiraram muitos dos obstáculos que dificultavam as reformas desejadas. O mesmo aconteceu com a reconstrução do Haiti, tão proveitosa para um sem-número de empresas privadas. A própria lógica do capitalismo verde, que concebe o meio ambiente como um negócio, se encaixa perfeitamente em suas considerações. Na verdade, nada retrata melhor o que significa simbolicamente o capitalismo verde que essas gigantescas torres edificadas, no meio do deserto, em Dubai, totalmente insustentáveis mesmo utilizando as técnicas mais modernas em matéria de economia de energia e recuperação de água.

Já aponte – e volto a fazê-lo – que se no passado a eutanásia dos pobres se justificava sobre a base das necessidades do capital, agora se começa a acrescentar, para cimentá-la, um suposto compromisso com o planeta e sua preservação. É certo que os critérios de seleção de quais pessoas devem ser salvas nem sempre são claros, por muito que sejam, isso sim, fáceis de intuir. Entre os beneficiados estarão, com certeza, muitos dos habitantes dos países ricos e as elites dos países do Sul – são frequentes os exemplos de habitações de gente abastada preparadas para o colapso, como também os de estoques de vacinas e medicamentos –, e entre os perdedores a maioria da população dos países pobres, as minorias estrangeiras, os idosos e os deficientes. Embora se espere que o grosso da população de determinados espaços geográficos se salve, não cabe descartar, inclusive nestes cenários, a implementação de medidas de proibição de imigração, de estrito controle de nascimentos, de extensão do aborto e do infanticídio no caso de malformação, do fechamento de horizontes vitais para os idosos e da eutanásia voluntária. Em termos gerais, não interessarão, tirando as elites, as pessoas que nem sequer servem como força de trabalho ou, o que é quase o mesmo, aquelas que não trabalham nem consomem.

Não surpreende a afirmação de que o ecofascismo reclama um projeto político manifestamente hierarquizado.

Cabe supor que seus impulsionadores, que se autointitulam como salvadores, serão em alguns casos líderes carismáticos. Receberão o apoio das camadas da população que preferirão perder direitos às custas de manter – ou de intuir que manterão – certos privilégios. Esses impulsionadores talvez criem novas instituições que apontarão para uma franca militarização da vida coletiva e espalharão o terror e o medo. E não apenas isso: destacarão a ideia de que é preciso fazer frente a um sem número de inimigos hostis. E provavelmente estimularão as divisões religiosas, étnicas, linguísticas e de classe. É verdade, contudo, e como tenho a oportunidade de recordar em várias ocasiões nesta obra, que a quebra das relações de mando e controle que virão, em uma ou outra medida, com o colapso será traduzida em problemas na implantação de uma imaginável maquinaria ecofascista.

## Impérios e países do Sul

Parece evidente que boa parte da discussão que acabo de desenvolver se sobrepõe a uma história que vem de longe: a dos impérios e a das rédeas usadas por eles nos países do Sul. Tentarei delinear alguns argumentos para explicar como o horizonte do ecofascismo se vincula com as lógicas imperiais e com a pilhagem desses países.

Começarei pelos impérios, hoje em dia imersos em numa irrefutável fuga para frente que se manifesta, e me fio nos exemplos vinculados com o conteúdo geral deste livro, no projeto de abrir uma nova via de comunicação marítima no Ártico e na possível exploração de novos depósitos de matérias-primas. A primeira coisa que é preciso destacar em relação aos impérios é a dificuldade de mantê-los, o que vai de mãos dadas com a necessidade de empregar uma força que não estará tão claramente à sua disposição em um momento de escassez geral de recursos. Vaclav Smil sublinhou que os EUA se converteram em um império em boa medida por meio do emprego muito extenso de uma energia que obviamente faltará. A debilidade repentina das tecnologias a serviço do ecofascismo pode traduzir-se, por outro lado, numa maior violência num cenário marcado por um paradoxo: os impérios mostram uma extrema dependência com respeito aos territórios dominados. O que durante muito tempo deu força aos impérios, a centralização, está a ponto de se converter em um problema agudo, na medida que o resultado será um sistema insustentável. E não parece que o tipo de disseminação de instrumentos de intervenção que se prepara, amparada por uma mistura de forças armadas regulares e exércitos privados ou tropas mercenárias que funcionarão de maneira mais ou menos autônoma, permita encarar os principais desafios. Os impérios terão que fazer frente, além do mais, a fluxos regionais autônomos cada vez mais significativos e, ao mesmo tempo, a uma menor ligação entre as diferentes áreas do planeta.

Faz sentido identificar alguns dos problemas militares precisos que previsivelmente sucederão. No caso dos Estados Unidos, Greer estima que os três maiores problemas serão o que se espera que aconteça com a dissuasão nuclear, a sobrevivência de aliados como Israel e, em suma, o controle da fronteira meridional do país. Saltam à vista, de qualquer forma, as delicadas tecituras que podem se revelar no que se refere à manutenção e ao uso de armas nucleares, que necessitam um controle exaustivo e permanente. A isso se somarão, previsivelmente, a perda de informação sobre sua localização e as incógnitas que se derivam da proliferação deste tipo de armas. Juntamente com as cinco potências nucleares tradicionais, desponta hoje a presença de países como Israel, Índia, Paquistão ou Coreia do Norte. Quem pagará, por outro lado, e num terreno próximo, os contratos dos técnicos e engenheiros encarregados de manter as usinas atômicas? O que acontecerá com os arsenais de armas químicas e biológicas? Não haverá problemas com barcos, aviões e submarinos, dado suas altas tecnologias dificilmente sustentáveis, com a informática como um delicado calcanhar de Aquiles? Não terão sido, enfim, os sucessivos fiascos dos militares estadunidenses no Afeganistão, no Iraque e na Síria uma prévia do que acontecerá em larga escala?

No que concerne aos países do Sul, também encontramos paradoxos. Parece que serão o terreno, antes de mais nada, da enésima operação de rapina imperial, à mercê de uma renovada pulsão que tanto aspirará ao controle de matérias-primas escassas como à ocupação de espaços de importância geoestratégica. Falo, além disso, de regiões do planeta bastante afetadas pela mudança climática e muito vulneráveis frente a eventuais subidas nos preços da energia. Segundo uma estimativa, um aumento de 10 dólares no preço do petróleo provocará um retrocesso de 3% no PIB destes Estados. São países, além disso, muito mais permeáveis à expansão de enfermidades, cenários habituais das revoltas do pão, que arrastam gravíssimos problemas sociais que afetam acima de tudo as mulheres, crianças e idosos, com situações particularmente

críticas nas grandes cidades e com Estados manifestamente falidos, dotados de instituições muito frágeis marcadas pela corrupção e a deterioração de todas as relações. Claro que se apresentarão circunstâncias delicadas nos países do Sul, como é o caso dos efeitos do afundamento do comércio mundial, dado a péssima situação para as economias assentadas na exportação, da presumível extensão da pirataria, de um novo impulso experimentado pelas agressões ambientais – podemos prever, por exemplo, o franco desaparecimento das grandes superfícies arbóreas – ou de migrações massivas em busca de regiões mais tranquilas, comumente no norte do planeta, mas ocasionalmente, também, no sul (na Argentina e Chile, na África do Sul, na Austrália e Nova Zelândia, ou inclusive em algumas áreas da Antártida). Não faltarão, enfim, agudas confrontações internas com as pequenas ilhas protegidas – assim, e talvez, as áreas mais altas e chuvosas do continente africano – em proveito das classes abastadas.

Porém, faria mal esquecer que existem alguns elementos que contrariam o vigor do tétrico panorama que acabo de descrever. Embora historicamente os cenários de escassez tenham sido propícios ao desdobramento de genocídios, existem algumas razões convincentes para concluir que o colapso pode beneficiar indiretamente os fracos, ou ao menos pode ser, para eles, menos prejudicial que para os poderosos. Como já sabemos, isso pode muito bem ser assim, em particular, no caso de países pouco dependentes de energias estrangeiras e tecnologias complexas, ao ponto de que não seria demais sustentar que, quanto mais pobre um país, menores serão os problemas que, não sem paradoxo, terá que enfrentar. Num tipo de mundo ao contrário, em muitos lugares não haverá multinacionais exploradoras nem planos de ajustes do Fundo Monetário, e as desigualdades recuarão. Kunstler afirma que, ao recuperar o controle sobre seus recursos e parar de sofrer a devastação cultural que o Ocidente promove, os países pobres optarão espontaneamente por estilos de vida mais simples como os que, no passado, desenvolveram durante muitos séculos.

## **Diante do colapso, será que os modelos autoritários servem?**

Sou obrigado a encarar, mesmo que brevemente, uma pergunta delicada: na hora de enfrentar o risco do colapso, ou o próprio colapso, as sociedades autoritárias e hierarquizadas não estarão em melhor posição do que as que não apresentam essas duas características? Não é mais fácil que seja a China de agora, e não as democracias liberais – suponhamos que não são autoritárias e não estão hierarquizadas –, a que fará frente de maneira convincente à mudança climática? Há estudiosos que, cheios de razão, entendem que no mundo ocidental um dos principais problemas a esse respeito é o fato de que as grandes empresas dificultam qualquer abordagem séria aos elementos causadores do colapso. Cabe perguntar-se, no entanto, se em um cenário como o chinês não estão emergindo interesses e estruturas da mesma natureza ou, na falta disso, se a competição internacional na qual a China está imersa não conduz novamente a encurralar a luta contra a mudança climática ou a implementação de medidas que permitam lidar com o esgotamento das matérias-primas energéticas. É verdade que a China, para não sair do exemplo, declarou em dado momento que entre 2011 e 2015, e ao menos no papel, a maior preocupação das instituições não seria o crescimento da economia, mas a qualidade do desenvolvimento, e que em consequência, procuraria fórmulas que garantissem um menor uso do carvão e uma maior eficiência energética. Os esforços das autoridades para reduzir emissões se viram contrabalançados, entretanto, pelo rápido, e além disso irracional, crescimento da economia. Não convém esquecer, isso sim, que grande parte das emissões chinesas de CO<sup>2</sup> corresponde a produtos importados pelos países ocidentais.

Rudolf Bahro, outrora representante de um singular e heterodoxo marxismo na República Democrática Alemã, transformado num teórico importante de um tipo de ecofascismo suave –

permita-se-me o oxímoro – na Alemanha destes dias, acredita que a crise ecológica deve ser resolvida em virtude de mecanismos autoritários implantados por um governo de salvação ou por um “Estado-deus”. Murray Bookchin, quem debateu na sua época com Bahro, disse que, e me junto a seu argumento, uma ditadura ecológica – em virtude de que estranho processo talvez surgisse? – seria qualquer coisa menos isso, ecológica, e acabaria, na verdade, com o planeta, além de operar em proveito de umas poucas pessoas. Acarretaria a glorificação do controle social, da manipulação, da coisificação dos seres humanos e da negação da liberdade, tudo isso em nome da resolução dos problemas ambientais. Diante da resposta de Bahro, de que semelhante afirmação não parecia prestar atenção ao lado negativo, o do egoísmo e da competição, da natureza humana, Bookchin se perguntou por que haveria de canalizar esse lado negativo através de sua institucionalização pela via da força, da superstição, do medo e da ameaça, e pela via, em paralelo, de ideologias bárbaras. Não seria razoável concluir que as instituições resultantes – acrescento –, longe de abraçarem qualquer procedimento voltado para enfrentar a crise ecológica, deixariam a rédea solta – aí está a Alemanha hitleriana para ilustrá-lo – para o lado negativo da natureza humana? A fórmula de Bahro não se converte em uma justificação subterrânea da dominação, da exploração e da hierarquia que estão, paradoxalmente, na origem das crises ecológicas? Não estaremos diante de uma transcrição de uma ideia muito difundida, de origem hobbesiana, que implica que somente um governo que faça uso de mecanismos coercitivos pode permitir que se enfrente os problemas que estão na origem do risco de colapso e, mais além deles, aqueles que são aplicados uma vez que este é verificado?

Minha franca rejeição das vias hierárquicas e autoritárias se revela em todos os âmbitos imagináveis. Não me parece outra coisa a não ser uma superstição, por exemplo, a sugestão de que os militares, por organização e disciplina, serão uma ajuda vital para lidar com o colapso. É mais fácil imaginar que eles se coloquem ao

serviço dos projetos concebidos pelas classes dirigentes tradicionais. Tampouco aprecio que qualquer problema relevante seja resolvido pela defesa da necessidade de abandonar uma economia de mercado em favor de outra **dirigida** – seria preciso colocar-se de acordo, claro, sobre o que este adjetivo significa –, já que as economias dirigidas podem estar ao serviço, também, de um projeto ecofascista. Em outra direção, faz algum sentido imaginar que a democracia liberal, claramente subordinada aos interesses das grandes corporações, se torne em um mecanismo de salvação, *no extremo*, e durante urgências inevitáveis, da humanidade? Independentemente de como as coisas são, deixo o leitor nas mãos de uma pergunta provocadora: haverá um ecofascismo ocidental e outro chinês?